



## Edital de Pregão Eletrônico PE 08-2021-CEASA/DF

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO

#### LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP (LC 123/2006, art 48, I)

**Objeto:** O presente Edital tem por objetivo a aquisição via Ata de Registro de Preço de Equipamento de Proteção Individual (EPI'S) e uniformes para uso dos funcionários da CEASA-DF.

**Tipo de licitação:** Menor preço

**Processo:** 00071-00000690/2020-70

**Critério de Julgamento:** Menor Valor por Grupo

**Dotação Orçamentária:** dispensada em função do §2º do art. 7º do Decreto 7.892/2013

A Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF torna público que realizará a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, através do site: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). O Pregão será realizado por pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Ato do Presidente nº 97, de 01/09/2020, publicado no DODF em 04/09/2020, e será regido pela Lei no 13.303/2016 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto nº 10.024/2019, LC 123/06, com alterações da LC 147/14, pela Lei Distrital no 4.611/11, pelo Decreto 7.892/2013, além das demais normas pertinentes e condições estabelecidas neste edital.

- **Início da Sessão de Disputa: Às 10:00 horas do dia 19 de agosto de 2021.**
- **Local:** No sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).
- **UASG: 926245** - Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF.
- **Recebimento das Propostas:** a partir das 09h da data da divulgação do Edital no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)
- **Data Final para Recebimento das Propostas: Às 10:00 horas do dia 19 de agosto de 2021.**
- **Referência de tempo:** Toda referência de tempo estabelecida no edital corresponde, obrigatoriamente, ao horário de Brasília.
- **E-mail para contato:** [licitacoes@ceasa.df.gov.br](mailto:licitacoes@ceasa.df.gov.br)



## Índice

<b>Capítulo I</b>	- Objeto
<b>Capítulo II</b>	- Condições de Participação
<b>Capítulo III</b>	- Impugnação e Esclarecimentos
<b>Capítulo IV</b>	- Credenciamento
<b>Capítulo V</b>	- Prazos
<b>Capítulo VI</b>	- Preços
<b>Capítulo VII</b>	- Propostas de Preços
<b>Capítulo VIII</b>	- Abertura e Reabertura da Sessão Pública
<b>Capítulo IX</b>	- Classificação das Propostas e Formulação de Lances
<b>Capítulo X</b>	- Aceitabilidade da Proposta Vencedora
<b>Capítulo XI</b>	- Documentação de Habilitação
<b>Capítulo XII</b>	- Verificação da Documentação de Habilitação e Encaminhamento da Documentação
<b>Capítulo XIII</b>	- Recursos
<b>Capítulo XIV</b>	- Adjudicação e Homologação
<b>Capítulo XV</b>	- Da Formalização Da Ata De Registro De Preços
<b>Capítulo XVI</b>	- Da Vigência Da Ata De Registro De Preços
<b>Capítulo XVII</b>	- Da Adesão Por Outros Órgãos
<b>Capítulo XVIII</b>	- Das Condições Do Fornecimento
<b>Capítulo XIX</b>	- Do Preço Registrado
<b>Capítulo XX</b>	- Do Cancelamento Do Registro De Preço Do Proponente
<b>Capítulo XXI</b>	- Da Nota De Empenho Ou Do Contrato (Quando For O Caso)
<b>Capítulo XXII</b>	- Obrigações da Contratada
<b>Capítulo XXIII</b>	- Obrigações da Contratante
<b>Capítulo XXIV</b>	- Local de Entrega e Recebimento
<b>Capítulo XXV</b>	- Faturamento/Pagamento
<b>Capítulo XXVI</b>	- Garantias
<b>Capítulo XXVII</b>	- Sanções Administrativas
<b>Capítulo XXVIII</b>	- Dos critérios de sustentabilidade ambiental
<b>Capítulo XXIX</b>	- Disposições Gerais
<b>Capítulo XXX</b>	- Foro
<b>Anexo I</b>	- Termo de Referência
<b>Anexo II</b>	- Modelos



## CAPÍTULO I - OBJETO

**1.1** O presente Edital tem por objetivo a aquisição via Ata de Registro de Preço de Equipamento de Proteção Individual (EPI'S) e uniformes para uso dos funcionários da CEASA-DF.

## CAPÍTULO II – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**2.1** Somente poderão participar deste Pregão as Empresas, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparados, que atuam no ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, atendendo-se os licitantes para a natureza dos grupos.

**2.2** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por meio do sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**2.2.1** Empresas não credenciadas no SICAF e que tiverem interesse em participar deste pregão deverão providenciar o seu credenciamento na forma da Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 02, de 2010.

**2.3** Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Capítulo XI deste edital.

**2.4** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

**2.5** Caberá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**2.6** A participação na licitação implica a aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e de seus anexos, regulamentos, instruções e leis aplicáveis.

### **2.7 Microempresa e empresa de pequeno porte**

**2.7.1** Na participação de microempresas ou empresa de pequeno porte, será observado o disposto na Lei Complementar nº 147/14 e Lei 4.611/11.

**2.7.2** O enquadramento como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14.

**2.7.3** A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14 independe da habilitação da ME/EPP ou equiparado para a obtenção do regime tributário simplificado.

**2.7.4** Para usufruir de exclusividade de licitação, uma vez que exista algum grupo no presente certame que seja de participação exclusiva de ME e EPP, benefício estabelecido



na Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14 e na Lei nº 4611/11, a microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração **em campo próprio do sistema** que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, se comprometendo a apresentar a documentação comprobatória caso venha a vencer o certame (Certidão emitida pela Junta Comercial ou outro documento que comprove o devido enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte).

**2.7.5** Os licitantes que se enquadrarem nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, e não possuírem quaisquer dos impedimentos do § 4º do artigo citado, deverão apresentar declaração **em campo próprio do sistema** que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado.

**2.7.6** A não manifestação de enquadramento, quando indagado pelo sistema eletrônico, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos nas Leis supramencionadas.

**2.8** Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

- I. Consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição;
- II. Autor do projeto básico ou executivo ou termo de referência seja pessoa física ou jurídica;
- III. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social, com direito a voto, ou controlador, ou que seja responsável técnico;
- IV. Empresas entre cujos dirigentes, gerentes, sócios e responsáveis técnicos, haja alguém que seja servidor ou dirigente da CEASA/DF, bem como membro efetivo ou substituto da sua Comissão Permanente de Licitações;
- V. Empresas consideradas inidôneas por órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
- VI. Empresas suspensas de licitar/contratar com a CEASA/DF, bem como em caso de Permissionário, Arrendatário, ou Concessionário da CEASA/DF, que estejam inadimplentes junto a esta empresa ou devendo encargos complementares e;
- VII. Pessoa jurídica, cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção se enquadrem em alguma das restrições do Decreto nº 32.751/2011, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal do dia 07/02/2011.
- VIII. Em processo de falência, recuperação judicial, extrajudicial, ou de insolvência, ou sob outra forma de concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.
- IX. As empresas que não se enquadrem na condição de microempresas e empresas de pequeno porte, de acordo com o preconizado pelo art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, pelo art. 6º do Decreto nº 6.204/07 e Lei nº 4611/11, no caso da participação em grupo do presente certame de aquisição de materiais que apresente valor inferior a R\$ 80.000,00 por grupo.

### CAPÍTULO III – IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS



**3.1** Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico **licitacoes@ceasa.df.gov.br** em formato de texto (extensão: doc), no horário de 8h às 17h.

**3.1.1** O recebimento da impugnação deverá ser confirmado pelo licitante que a encaminhar. Os pedidos encaminhados após o horário estipulado (após as 17 horas) passarão a ter seu prazo computado somente a partir das 08 horas do próximo dia útil.

**3.1.2** Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento da impugnação.

**3.1.3** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

**3.2** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico **licitacoes@ceasa.df.gov.br**.

**3.2.1** A CEASA/DF responderá às questões formuladas até às 17 (dezesete) horas do dia útil anterior à data marcada para o recebimento das propostas.

**3.2.2** Aplicam-se às solicitações de esclarecimento as mesmas disposições contidas no subitem 3.1.1 deste Edital

**3.3** As impugnações recebidas e julgadas improcedentes, e os pedidos de esclarecimentos, não suspendem os prazos previstos no certame.

**3.3.1** – Para as impugnações julgadas procedentes, aplica-se o item 3.1.3 deste edital.

**3.4** As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo pregoeiro serão autuados no processo licitatório e estarão disponíveis para consulta no sistema eletrônico.

**3.5** Em nenhuma hipótese serão aceitos entendimentos verbais entre as partes.

**3.6** Observado o disposto no Art. 62 da Lei 13.303/16, quem dispuser de competência para homologação do resultado poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado.

#### **CAPÍTULO IV - CREDENCIAMENTO**

**4.1** O licitante deverá estar previamente credenciado no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio **www.comprasnet.gov.br**.

**4.2** O credenciamento far-se-á mediante a atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverá informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

**4.3** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

**4.4** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à CEASA/DF responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



**4.5** A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de descredenciamento no SICAF.

**4.6** A perda ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

## CAPÍTULO V - PRAZOS

**5.1** O prazo de entrega é contado a partir a da convocação, por parte do executor designado para a Ata, demonstrando-se a emissão da nota de empenho, conforme previsto no item 5 do Anexo I - Termo de Referência.

**5.2** A eficácia do contrato estará condicionada à sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, nos termos do artigo 51 § 2 da Lei 13.303/16.

**5.3** A contagem de prazos realizar-se-á excluindo-se o dia de início e incluindo-se o do vencimento, encerrando-se, sempre, às 17h (dezesete horas) do dia do vencimento do prazo.

**5.4** Todos os prazos informados no presente edital, a menos que explicitamente indicados, entendem-se como estabelecidos em dias consecutivos.

**5.5** Caso nas datas previstas para realização dos eventos da presente licitação não haja expediente na CEASA/DF, não havendo retificação de convocação, aqueles eventos serão realizados no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora previstos, independentemente de comunicação às interessadas.

## CAPÍTULO VI - PREÇOS

**6.1** No preço contratado já se encontram computados todos os impostos, taxas, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto deste contrato, isentando a CONTRATANTE de quaisquer ônus por despesas decorrentes.

### **6.2 O Orçamento da presente licitação será sigiloso conforme Lei nº 13.303**

Art. 34. O valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será sigiloso, facultando-se à contratante, mediante justificção na fase de preparação prevista no inciso I do art. 51 desta Lei, conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

**6.3** Tabela de quantitativos:

Grupos	Item	Descrição	Quantidade	Unidade de Medida
Grupo 01	1	Bota bico de aço nº38, confeccionada em couro, fechamento em cadarço, biqueira de aço, solado monodensidade injetado direto ao cabedal e blaueado.	30	Pares
	2	Bota bico de aço nº40, confeccionada em couro, fechamento em cadarço, biqueira de aço, solado monodensidade injetado direto ao cabedal e blaueado.	40	Pares
	3	Bota bico de aço nº42, confeccionada em couro, fechamento em cadarço, biqueira de aço, solado monodensidade injetado direto ao cabedal e blaueado.	40	Pares



4	Bota bico de aço nº44, confeccionada em couro, fechamento em cadarço, biqueira de aço, solado monodensidade injetado direto ao cabedal e blaqueado.	20	Pares
5	Capa de Chuva em PVC laminado, material transparente, com capuz e manga, com comprimento mínimo de 1,35 m, tamanho G;	30	Unidades
6	Colete refletivo sem bolso, confeccionado em poliéster laranja, com faixas refletivas duplas, fechamento frontal em zíper, tamanho G;	45	Unidades
7	Protetor auricular 15 db em silicone, com cordão e três flanges e cônicas.	30	Pares
8	Abafador de ruído 18 db, do tipo concha, constituído por dois abafadores em plástico, apresentando almofadas de vedação e espuma no seu interior	30	Unidades
9	Capacete tipo aba frontal em polietileno, com jugular, suspensão simples, cor branco;	30	Unidades
10	Óculos de proteção com lente de segurança em policarbonato ótico incolor, com apoio nasal e proteção lateral no mesmo material da lente, hastes tipo espátula;	30	Unidades
11	Máscara tnt tripla descartável com clipe nasal, na cor branca, com camada/filtro de alta densidade, com tiras de amarrar, atóxico, (pacote com 50 unidades);	50	Caixa com 50 unidades
12	Máscara respiratória antiviral N95, descartável, sem válvula, na cor azul ou branca; (unidade)	200	Unidades
13	Luva para procedimento não cirúrgico, feita de borracha sintética (nitrilo); Ambidestra; não estéril; Isenta de pó; Totalmente impermeável à água e a outros fluidos; Livre de látex; Tamanho G; (Embalagem primária: caixa de cartolina com 100 unidades de luvas descartáveis).	30	Caixa com 100 unidades
14	Luva de segurança confeccionada em vaqueta natural, com reforço palmar interno e dorso em raspa, tipo petroleira, com elástico embutido no dorso, acabamento em viés, costurada com linha de nylon, largura da palma 12,5 cm e comprimento total de 24 cm, aproximadamente. (Tamanho G);	40	Pares
15	Cinta ergonômica confeccionada em fibra têxtil lycra; com elástico duplo para ajuste e sustentação da coluna, com suspensório confeccionado em elástico com regulagem; hastes flexíveis com proteção antideslizantes e costura reforçada, com velcro; Tamanho P;	15	Unidades
16	Cinta ergonômica confeccionada em fibra têxtil lycra; com elástico duplo para ajuste e sustentação da coluna, com suspensório confeccionado em elástico com regulagem; hastes flexíveis com proteção antideslizantes e costura reforçada, com velcro; Tamanho M;	20	Unidades



	17	Cinta ergonômica confeccionada em fibra têxtil lycra; com elástico duplo para ajuste e sustentação da coluna, com suspensório confeccionado em elástico com regulagem; hastes flexíveis com proteção antideslizantes e costura reforçada, com velcro; Tamanho G;	20	Unidades
	18	Cinta ergonômica confeccionada em fibra têxtil lycra; com elástico duplo para ajuste e sustentação da coluna, com suspensório confeccionado em elástico com regulagem; hastes flexíveis com proteção antideslizantes e costura reforçada, com velcro; Tamanho GG;	15	Unidades
	19	Japona confeccionada em tecido 100% poliamida com resina, forrada com manta térmica e acolchoada. Bolsos embutidos nas laterais, capuz conjugado, fechamento frontal até o pescoço através de velcro alinhado por botão; cor azul escuro; Tamanho G;	15	Unidades
	20	Calça em sarja, composta por tecido tricolore mista 67% poliéster, 33% algodão. Cintura elástica, com os seguintes bolsos: 2 bolsos frontais; 2 bolsos traseiros; Tamanho P = 38/40 - Cor Cinza	20	Unidades
	21	Calça em sarja, composta por tecido tricolore mista 67% poliéster, 33% algodão. Cintura elástica, com os seguintes bolsos: 2 bolsos frontais; 2 bolsos traseiros; Tamanho M = 42/44 - Cor Cinza	40	Unidades
	22	Calça em sarja, composta por tecido tricolore mista 67% poliéster, 33% algodão. Cintura elástica, com os seguintes bolsos: 2 bolsos frontais; 2 bolsos traseiros; Tamanho G = 46/48 - Cor Cinza	40	Unidades
	23	Calça em sarja, composta por tecido tricolore mista 67% poliéster, 33% algodão. Cintura elástica, com os seguintes bolsos: 2 bolsos frontais; 2 bolsos traseiros; Tamanho GG = 50/52 - Cor Cinza	20	Unidades
Grupo 02	24	Camisa social masculina, manga longa, com fechamento em botões, em tecido jeans, composto por aproximadamente 65% algodão, 33% poliéster e 2% elastano; na cor azul marinho; com logo da CEASA/DF bordado na parte frontal da camisa, com aproximadamente 4 cm x 4cm	70	Unidade
	25	Camisa social masculina, manga curta, com fechamento em botões, em tecido classic, composto por aproximadamente 50% algodão e 50% poliéster; na cor verde escuro; com logo da CEASA/DF bordado na parte frontal da camisa, com aproximadamente 4 cm x 4cm.	70	Unidade
	26	Camisa polo masculina, manga curta, em tecido pique, composto por aproximadamente 50% algodão e 50% poliéster, na cor verde escuro; com logo da CEASA/DF bordado na parte frontal da camisa, com aproximadamente 4 cm x 4cm.	70	Unidade



27	Camisa polo masculina, manga curta, em tecido pique, composto por aproximadamente 50% algodão e 50% poliéster, na cor branco; com logo da CEASA/DF e a palavra "Estagiário" bordados na parte frontal da camisa, com aproximadamente 4 cm x 4cm.	25	Unidade
28	Camiseta em malha de algodão, fio 30,1 cardada no mínimo, silkadas com o nome e logo desta CEASA/DF, conforma modelo a ser enviado posteriormente; na cor branca;	210	Unidade
29	Camiseta em malha de algodão, fio 30,1 cardada no mínimo, silkadas com o nome e logo desta CEASA/DF, conforma modelo a ser enviado posteriormente; na cor laranja;	200	Unidade
30	Camisa social feminina, manga longa, com fechamento em botões, em tecido jeans, composto por aproximadamente 65% algodão, 33% poliéster e 2% elastano; na cor azul marinho; com logo da CEASA/DF bordado na parte frontal da camisa, com aproximadamente 4 cm x 4cm.	48	Unidade
31	Camisa social feminina, manga curta, com recorte no ombro, em tecido crep seda, composto por aproximadamente 100% poliéster ; na cor verde escuro;	48	Unidade
32	Camisa polo feminina estilo baby look, manga curta, em tecido pique, composto por aproximadamente 50% algodão e 50% poliéster, na cor verde escuro; com logo da CEASA/DF bordado na parte frontal da camisa, com aproximadamente 4 cm x 4cm.	48	Unidade
33	Camisa polo feminina estilo baby look, manga curta, em tecido pique, composto por aproximadamente 50% algodão e 50% poliéster, na cor branco; com logo da CEASA/DF e a palavra "Estagiário" bordados na parte frontal da camisa, com aproximadamente 4 cm x 4cm.	25	Unidade
34	Camiseta feminina estilo baby look, em malha de algodão, fio 30,1 cardada no mínimo, silkadas com o nome e logo desta CEASA/DF, conforma modelo a ser enviado posteriormente; na cor branca;	110	Unidade
35	Camiseta feminina estilo baby look em malha de algodão, fio 30,1 cardada no mínimo, silkadas com o nome e logo desta CEASA/DF, conforma modelo a ser enviado posteriormente; na cor laranja;	100	Unidade
36	Colete em brim na cor laranja, 100% algodão, com fechamento em zíper, e logo da CEASA/DF bordado no bolso (peito), com estampa em silk screen grande, nas costas, "CEASA/DF" ou "BANCO DE ALIMENTOS".	60	Unidade
37	Jaleco unissex longo em microfibra de gabardine, na cor branco, com o logo da CEASA/DF bordado na manga esquerda, e a escrita " BANCO DE ALIMENTOS" na parte frontal;	20	Unidade
38	Avental longo na cor preta, em tecido oxford, composto por 100% poliéster, com bolso frontal (sem logo);	30	Unidade

## CAPÍTULO VII – PROPOSTAS DE PREÇOS

"Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade"  
CNPJ n.º 00.314.310/0001-80 - CF/DF n.º 07.342.783/001-53  
Setor de Indústria e Abastecimento Sul Trecho 10 Lote n.º 05  
CEP 71208-900 - Brasília/DF - Telefone (061) 3363 1024 e-mail: licitacoes@ceasa.df.gov.br



**7.1** O licitante deverá encaminhar a proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**7.2** A proposta deverá conter, ainda:

- a. Planilha Orçamentária conforme Modelo 03, Anexo II deste Edital devendo cotar o grupo que ofertar, sob pena de desclassificação;
- b. **A descrição detalhada do item licitado, não sendo aceitas expressões do tipo “conforme descrito no edital”;**
- c. O preenchimento da descrição detalhada do objeto ofertado é obrigatório. A licitante deverá informar nesse campo a descrição suficiente e clara do objeto ofertado, possibilitando o julgamento da aceitabilidade. O não preenchimento do campo, o preenchimento insuficiente ou preenchimento com expressões tais como “**Conforme edital**” ou com dados que identifiquem a proponente sujeita a proposta à desclassificação.
- d. A validade da proposta será de **60 (sessenta) dias consecutivos**, a contar da data de abertura do Pregão.
- e. Declaração da licitante de que no **Valor Proposto** estejam incluídos todos os custos, diretos e indiretos, para perfeita prestação dos serviços, materiais, mão de obra, especializada ou não, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, transportes, cargas e descargas em geral, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, encargos e custos financeiros, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto, conforme especificações constantes deste Edital, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à CEASA/DF.
- f. Na proposta deverá constar o valor unitário e total dos itens e a mesma deverá atender todas as condições e especificações constantes deste edital e seus anexos.

**7.3** A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

**7.4** A apresentação da proposta implica na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os fornecimentos nos seus termos.

**7.5** Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

**7.6** Havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado pela Administração, esta poderá ser aceita.

**7.7** O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

**7.8** O licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem



menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

**7.9** O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006 e alterações da LC nº 147/14, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

**7.10** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

## **CAPÍTULO VIII - ABERTURA E REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**8.1** A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**8.2** A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

**8.3** A sessão pública poderá ser reaberta:

- a. Quando o licitante detentor do lance mais vantajoso for inabilitado, tiver sua amostra rejeitada, não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, ou, ainda, quando houver erro na aceitação do preço; e
- b. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública.

## **CAPÍTULO IX - CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**9.1** Aberta a sessão, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

**9.2** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**9.3** O pregoeiro poderá desclassificar as propostas que:

- a. Não contiverem informações suficientes para a perfeita identificação, qualificação, quantificação do item ofertado;
- b. A especificação detalhada do item licitado;
- c. Marca e modelo do item do objeto licitado.

**9.4** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

**9.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**9.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

**9.7** O licitante somente poderá oferecer lance menor ao último por ele ofertado e registrado no sistema.



**9.8** Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

**9.8.1** Os lances apresentados serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**9.9** Será adotados para o envio de lances no pregão eletrônico o seguinte modo de disputa:

I - aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital; ou

**9.10** No modo de disputa aberto, o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**9.11** Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

**9.12** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **CAPÍTULO X - ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**10.1** Concluída a fase de lances, as propostas serão classificadas de acordo com a ordem crescente dos lances apresentados, sendo considerada vencedora a proposta que ofertar o **menor preço**.

**10.2** Será desclassificada a proposta final que:

- a. Contenha vícios ou ilegalidades;
- b. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Edital e Termo de Referência;
- c. Não enviar as planilhas de composição de preços conforme subitem 7.2 acima;
- d. Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado.

**d1** Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de duas horas para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

**10.3** **Será desclassificada a proposta que apresentar preços superiores ao valor estimado do grupo, descrito no item 6.3 acima.**

**10.4** O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da CEASA/DF para orientar sua decisão. Caso não possua, no seu quadro de pessoal, profissionais habilitados para emitirem parecer técnico, poderá ser formulado por pessoa física ou jurídica qualificada.

**10.5** Se a proposta não for aceitável, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim prosseguindo até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.



**10.6** No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação conforme Art. 47 da lei 13.303/2016.

**10.7** Na fase de aceitação, o pregoeiro poderá solicitar aos licitantes, o envio de anexo, inclusive, relativamente ao último lance ofertado, podendo também solicitar apenas do fornecedor cuja proposta esteja em primeiro lugar. Para tanto, o pregoeiro fará uso da opção “Convocar Anexo”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado.

**10.8** O sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado **terá até 120 (cento e vinte) minutos** para encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado, considerando o horário de funcionamento da CEASA/DF (das 08h às 12h e das 13h às 17h).

**10.8.1** Caso o licitante convocado enfrente dificuldade em atender a convocação, deverá informar, dentro do prazo previsto no item 10.8, deste edital, quando lhe será concedido um prazo adicional de 20 (vinte) minutos.

**10.9** Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”.

**10.10** Na tela do pregoeiro, após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

**10.11** A função de “enviar anexo” do fornecedor desaparecerá quando o pregoeiro clicar no botão “Encerrar Convocação” ou no procedimento de “Recusar proposta” (do fornecedor convocado).

**10.12** A opção de “Convocar Anexo”, para envio do anexo, está disponível também na fase de habilitação, sendo possível apenas para o fornecedor que teve sua proposta aceita.

**10.13** Após o encerramento da sessão pública, o sistema disponibilizará a opção de “Convocar Anexo” na fase de adjudicação, sem contar, no entanto, com a opção de chat. Nesse caso o fornecedor usará a função “Enviar Anexo/planilha atualizada”, podendo utilizar o campo “Observações” para explicitar tal procedimento.

**10.14** O licitante que abandona o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

## CAPÍTULO XI - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

**11.1** Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**11.2** Documentação relativa à **Habilitação Jurídica**, que consistirá de:

- a. **Registro comercial**, em caso de empresa individual;
- b. **Ato constitutivo ou estatuto ou contrato social em vigor** devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais Administradores;



- c. **Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d. **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**11.3** Documentação relativa à **Regularidade Fiscal** que consistirá de:

- a. Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC/MF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) relativo à sede da licitante;
- b. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, municipal ou do Distrito Federal (DF), se houver, relativo ao domicílio ou à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede da licitante, que consistirá de certidões negativas:
  - c1 Quanto à Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, e
  - c2 Quanto à quitação de tributos federais expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

**Observação:** A Certidão Conjunta da Dívida Ativa da União com a de Tributos Federais substitui as Alíneas “c1” e “c2” acima.

- d. Prova de regularidade através de certidão negativa expedida pela Fazenda Estadual ou Distrital (DF) do domicílio ou sede da licitante;
- e. Prova de regularidade através de certidão negativa expedida pela Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- f. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, compreendendo:
  - f1 **Certidão Negativa de Débito - CND** emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, conforme Lei nº 8.212/91, e
  - f2 **Certificado de regularidade do FGTS - CRF** emitido pela Caixa Econômica Federal-Caixa, conforme Lei nº 8.036/90 e, em especial, Circular nº 392/Caixa, de 25/10/2006.

**Observação:** Os documentos deste item que não tiverem expresso o prazo de validade deverão estar datados dos últimos 60 (sessenta) dias, com exceção do referido nas letras “a” e “b”.

**11.4** Documentação relativa à **Qualificação Econômico-Financeira**, consistindo de:

- a. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante datada dos **últimos 30 (trinta) dias** ou que esteja dentro do prazo de validade expressa na própria certidão.
- b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes provisórios, podendo ser atualizados por intermédio do INPC ou índice que venha a substituí-lo, quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta. A licitante que ainda não encerrou o seu primeiro exercício social, por ter sido constituída há menos de um ano, deverá apresentar, em substituição ao Balanço Patrimonial, o Balanço de Abertura de sua empresa. A comprovação da boa



situação da empresa será verificada por meio dos índices contábeis abaixo e será inabilitada a licitante que não comprová-los para o último exercício.

**b1 ILC:** Índice de Liquidez Corrente, com valor igual ou superior a **1,00** (um vírgula zero zero);

**b2 ILG:** Índice de Liquidez Geral, com valor igual ou superior a **1,00** (um vírgula zero zero);

**b3 SG:** Solvência Geral com valor igual ou superior a **1,00** (um vírgula zero zero).

**Fórmulas de cálculo:**

$$ILC = AC/PC$$

$$ILG = (AC + ARLP) / (PC + P-ÑC)$$

$$SG = \{ AT / (PC + P-ÑC) \}$$

**Siglas:**

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

P-ÑC = Passivo não Circulante

AT = Ativo Total

**Observação:** As empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um), em qualquer dos índices referidos acima, deverão comprovar o capital ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação por item.

**11.5 Documentação relativa à Regularidade Trabalhista**

- a. Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).
- b. A validade da Certidão também será verificada on line por ocasião da verificação da documentação e caso a referida certidão não estiver regular, a licitante será inabilitada.

**11.6 Documentação relativa à Qualificação Técnica, que consistirá de:**

**11.6.1** Apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a licitante aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado.

**11.7 SICAF**

**11.7.1** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no Sicafe e de sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, quando a licitação for realizada por esses entes federativos, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas, conforme art. 26 parágrafo segundo da lei 13.303/2016.

**Notas:**



1. A consulta será realizada pelo Pregoeiro “on-line” no SICAF (para os licitantes que o possuam), conforme artigo art. 40 do Decreto 10.024/19. O Pregoeiro verificará, também, o cumprimento às demais exigências para habilitação contidas neste edital.
2. A empresa vencedora, que não possua cadastro no SICAF nos módulos de habilitação jurídica, de regularidade fiscal federal, que esteja com a documentação alusiva a tais requisitos vencida no referido sistema, será considerada habilitada desde que apresente ao pregoeiro, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a respectiva documentação regular e atualizada.

#### 11.8 Os documentos apresentados deverão estar:

- a. Em nome da licitante participante com o número do CNPJ e endereço respectivo;
- b. Se a fornecedora ou prestadora de serviços for filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da filial. Deverá ser observada a Circular nº 392 da Caixa Econômica Federal, de 25/10/2006 quanto ao FGTS.
  - c1 Serão dispensados da filial, aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, só possam ser emitidos em nome da matriz/sede;
- d. Com datas e caracteres legíveis e sem rasuras.
- e. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade.
- f. Deverão também ser entregues na sua totalidade, sob pena de preclusão.
- g. A licitante deverá encaminhar junto aos documentos de habilitação, os “Dados para elaboração do Contrato”, conforme modelo constante do edital.

## CAPÍTULO XII - VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

**12.1** Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto às especificações do objeto e compatibilidade do preço, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação que não tiverem sido previamente encaminhados por meio do sistema eletrônico.

**12.2** No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**12.3** Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro procederá na forma prevista no item 8.3 - REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

**12.4** Quando todos os licitantes forem inabilitados, o pregoeiro poderá fixar-lhes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos, escoimados das causas referidas no ato de inabilitação.

**"DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e "PROPOSTA DE PREÇOS", o número do Pregão, o nome da empresa com telefone, e-mail.**

**Nota: A licitante deverá endereçar a correspondência em nome do Pregoeiro responsável e encaminhá-la para o endereço citado no preâmbulo deste edital.**



**12.6.1** O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação e da proposta dentro dos prazos acima estabelecidos acarretará a inabilitação das licitantes, além das sanções previstas neste edital e na Legislação, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou lance subsequente.

**12.7** Havendo alguma restrição na comprovação da Regularidade Fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogável por igual período, a critério da **CEASA/DF**, contado da decisão do Pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

**Observações:**

1. A não regularização da documentação, no prazo previsto nesta condição, implicará desclassificação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da ordem de entrega ou proporá revogação deste Pregão.
2. Em caso de atraso por parte dos órgãos competentes para emissão de certidões negativas de débito ou certidões positivas com efeitos de negativas, a licitante poderá apresentar à CEASA/DF outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente nos termos dos Artigos 156 e 151 do Código Tributário Nacional. Neste caso, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação.
3. Para efeito de apresentação dos documentos e certidões acima mencionados, não serão aceitos quaisquer tipos de protocolos.

**CAPÍTULO XIII – RECURSOS**

**13.7** Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de até 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

**13.8** As razões do recurso deverão ser registradas em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**13.9** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

**13.10** Durante o prazo de apresentação do recurso, será garantido o acesso do licitante aos autos do processo licitatório ou a qualquer outra informação necessária à instrução do recurso.

**13.11** Manifestado o interesse de recorrer, o pregoeiro poderá:

**13.11.1** Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

**13.11.2** Motivadamente, reconsiderar a decisão;

**13.11.3** Manter a decisão, encaminhando o recurso para autoridade competente.



**13.12** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

#### **CAPÍTULO XIV - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**14.1** Não havendo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

**14.2** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

**14.3** Após a adjudicação referida nos itens anteriores, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, no prazo descrito no item 15.2 deste Edital.

**14.4** Previamente à formalização da contratação, a CEASA/DF realizará consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

**14.5** Constatada a irregularidade no SICAF, ou quando o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, a CEASA/DF poderá convocar o licitante subsequente na ordem de classificação, para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente.

**14.6** A convocação do licitante subsequente será realizada de acordo com as regras previstas no item 8.3 - REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

#### **CAPÍTULO XV – DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**15.1** Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, com a licitante classificada em primeiro lugar de cada item, bem como a(s) licitante (s) que aceitarem cotar os bens/materiais com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

**15.2** A Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF convocará formalmente a(s) vencedora(s), e as que aceitarem cotar os bens/materiais com preços iguais ao do licitante vencedor, obedecendo a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, informando o local, data e hora para assinatura da Ata de Registro de Preços.

**15.2.1** O registro a que se refere o item anterior tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de cancelamento do registro do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

**15.2.2** O prazo previsto no subitem 19.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado por motivo justificado e aceito pela Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF.

**15.2.3** As quantidades previstas neste instrumento licitatório são estimativas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CEASA/DF o direito de adquirir em cada item o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se em adquirir algum dos itens especificados e licitados.



**15.3** Após homologada a licitação, a empresa vencedora deverá proceder com todos os trâmites necessários para viabilizar a assinatura do contrato/ata como usuário externo dentro do Sistema Eletrônico de Informação – SEI.

## **CAPÍTULO XVI – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**16.1** A Ata de Registro de Preços será firmada, de acordo com a Minuta constante do Anexo III deste Edital e terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

## **CAPÍTULO XVII - DA ADESÃO POR OUTROS ÓRGÃOS**

**17.1** Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n° 13.303/16 em seu art. 66, § 1°.

**17.1.1** As adesões as Atas de Registro de Preços de que trata o item anterior, quando solicitadas pelos Órgãos ou Entidades integrantes da Administração Pública e autorizadas pelo Órgão gerenciador da Ata, não poderão ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) do quantitativo dos itens (bens/materiais) licitados.

**17.1.2** O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e Órgãos participantes, independente do número de Órgãos não participantes que aderirem.

**17.2** Caberá ao detentor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento do bem/material, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

## **CAPÍTULO XVIII - DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO**

**18.1** Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF será o órgão gerenciador, responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos Órgãos usuários, o fornecedor para o qual será emitido o pedido.

**18.2** A convocação do Proponente, pela Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF será formalizada e conterà o endereço e o prazo máximo em que deverá comparecer para o fornecimento.

**18.2.1** O Proponente convocado na forma do subitem anterior que não comparecer no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste Edital e seus Anexos.



CEASA-DF

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S. A.  
Comissão Permanente de Licitação



## CAPÍTULO XIX - DO PREÇO REGISTRADO

**19.1** Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no Art. 81 VI da Lei Federal nº 13.303/16.

**19.2** Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF para alteração, por aditamento, do preço da Ata.



## **CAPÍTULO XX - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO DO PROPONENTE**

**20.1** As condições de cancelamento do Registro de Preços, são as constantes no art. 68 da Lei nº 13.303/16, bem como constarem da Minuta da Ata de Registro de Preços – Anexo III deste Edital.

## **CAPÍTULO XXI - DA NOTA DE EMPENHO OU DO CONTRATO (Quando for o caso)**

**21.1** A contratação com o fornecedor poderá ser efetuada, a critério da administração, nas aquisições de pronto pagamento, por intermédio da Nota de Empenho ou, de acordo com a necessidade da CEASA/DF, será formalizada por intermédio de instrumento contratual.

**21.2** A CEASA/DF convocará a licitante vencedora da licitação para assinar o termo de contrato ou a nota de empenho, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação. Este prazo será prorrogado uma vez, por igual período, quando por ela solicitado, durante o transcurso do primeiro e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CEASA/DF. Findo o citado prazo, será considerado descumprimento total da obrigação, sujeitando a vencedora às penalidades previstas neste edital.

**21.3** Quando a licitante vencedora não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação dos proponentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo, convocado para negociar redução do preço ofertado, tendo como meta o preço da menor oferta obtida no Pregão ou o valor orçado pela CEASA/DF, o que for menor.

**21.4** A contratada mediante acordo entre as partes poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**21.5** Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder aos limites aqui estabelecidos, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

**21.6** Cada contratação firmada com o fornecedor terá vigência de acordo com as disposições definidas no instrumento contratual ou nota de empenho e serão contadas a partir da data de sua assinatura, nos termos do art. 71 da Lei nº 13.303/16.

## **CAPÍTULO XII – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**22.1** A CONTRATADA deve, além de outras obrigações descritas:

- a. Entregar o objeto no tempo, lugar e forma estabelecidos neste edital e seus anexos.
- b. Proceder à substituição do produto com defeito, nos termos descritos no Anexo I – Termo de Referência, por outro em perfeito estado, sem ônus para a CEASA/DF.
- c. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação conforme art. 81 da Lei nº 13.303/16.

## **CAPÍTULO XIII – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**



- 23.1** Fiscalizar o cumprimento das obrigações, no que se refere ao objeto, através de servidor designado ao qual competirá o recebimento do objeto e de tudo dará ciência ao credenciante.
- 23.2** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do contrato.
- 23.3** Notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições, fixando prazo para sua correção.
- 23.4** Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no decorrer da execução.
- 23.5** Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com as normas orçamentárias financeiras em vigor.

## CAPÍTULO XIV – LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO

### 24.1 Local de entrega:

Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A., localizado no SIA SUL, Trecho 10, lote 05 - Pavilhão B-3, Administração, CEASA/DF.

### 24.2 O objeto será recebido:

- a. provisoriamente, pelo almoxarifado e excepcionalmente pelo executor do contrato, para efeito de posterior verificação de conformidade do material com as especificações constantes no termo de referência;
- b. definitivamente, pelo executor do contrato, em até 10 (dez) dias do recebimento provisório, após comprovação de adequação do objeto nos termos do item 5 do Anexo I – termo de referência.

**24.3** O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

**24.4** O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificados os motivos e aceitos pela Administração.

24.4.1 Justificativa dos prazos explícitos no termo de referência: Por ser a seção de Manutenção a responsável por quaisquer obras de reparo nesta CEASA/DF – e não tendo esta seção depósito ou área de almoxarifado para armazenamento e ou estoque dos itens solicitados, faz-se necessário que o(s) fornecedor(es) vencedor(es) da licitação possa(m) respeitar os prazos estipulados acima, uma vez que toda solicitação se dará por demanda. Ademais, a CEASA/DF utilizará via de regra de pedidos por necessidade, havendo *excepcionalmente* demanda de urgência e emergência. Por sua vez, os licitantes, ao tomarem ciência do edital e do termo de referência, demonstram sua anuência à situação de demanda da área.

**24.5** Para os fins previstos neste item a contratada deverá protocolar o seu pedido devidamente justificado antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

**24.6** A Administração terá um prazo máximo de dois dias úteis para conceder ou não a prorrogação, motivadamente.



## CAPÍTULO XXV - FATURAMENTO/PAGAMENTO

**25.1** Os pagamentos dos valores aprovados pela CEASA/DF serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de protocolização da documentação fiscal, desde que de acordo com o aprovado pela CEASA/DF. O pagamento aos fornecedores e prestadores de serviços somente poderá ser efetuado após a apresentação das Certidões Negativas do INSS, GDF, Certificado de Regularidade do FGTS e CNDT com prazos de validade vigente na data do efetivo pagamento, nos termos do Artigo 63 do Decreto nº 32.598/2010 e das Decisões nºs 7.243/97, 3.154/98 e 2.321/99 do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

**25.2** O pagamento será efetuado, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome da beneficiária, no Banco de Brasília S/A - BRB, em observância ao disposto no Decreto nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011, o qual obriga à CEASA/DF efetuar os pagamentos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome da beneficiária, no Banco de Brasília S/A–BRB.

**25.2.1** Excluem-se das disposições deste item:

- a. Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pelo Governo Federal;
- b. Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude da legislação federal, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;
- c. Os pagamentos a empresas de outros estados da federação que não mantenham filiais e/ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito do Governo do Distrito Federal (Decreto nº 18.126/97).

**25.3** A nota fiscal apresentada deverá ser expressa em real e conter, obrigatoriamente, o número do contrato celebrado com a CEASA/DF e o número da conta corrente da contratada, no Banco de Brasília S/A, observado o item anterior.

**25.4** Os pagamentos decorrentes das obrigações estabelecidas no ato convocatório serão realizados em moeda nacional, ou seja, em real.

**25.5** Deverão ser protocolizadas, para o pagamento, as vias dos seguintes documentos que se aplicarem ao objeto licitado:

- I. Carta de Encaminhamento emitida pela contratada,
- II. Nota Fiscal (fatura) contendo o número do contrato celebrado com a CEASA/DF,
- III. Cópia do contrato e da Ordem de Serviço (quando for o primeiro faturamento),
- IV. Cópia do Termo de Aditivo Contratual (quando for o primeiro faturamento após sua assinatura)

### Observações:

- 1) A liberação pelo setor de compras ou executor do contrato ficará condicionada ao despacho de aprovação de recebimento dos materiais.
- 2) No caso de constatação de erros ou falta de documentação exigida na fatura, ela será devolvida pela fiscalização no prazo de até cinco dias úteis. O prazo para pagamento será contado a partir do dia da protocolização da nova documentação que não contiver restrições por parte da fiscalização.
- 3) A CEASA/DF poderá solicitar ao fornecedor a emissão de boleto bancário para efetuar os pagamentos.



## 25.6 Atualização Monetária

25.6.1 Caso o pagamento ocorra após o 30º dia da apresentação da fatura, caberá a atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento e será efetuada com base na média da variação do INPC/IGP-DI.

## 25.7 Reajustamento de Preços

25.7.1 Não haverá reajustamento de preços.

## CAPÍTULO XXVI – GARANTIAS

26.1 Para garantia das condições do contrato a ser firmado com a CEASA/DF, esta **poderá** solicitar da empresa vencedora o recolhimento da garantia no valor de até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, até o máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do termo de contrato e antes da protocolização da fatura.

**Nota:** Em caso de prorrogação contratual de valor e prazo, a garantia será de até 5% (dois por cento) sobre o valor do aditamento.

26.2 A garantia poderá ser dada através de qualquer uma das seguintes modalidades:

- I. caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública;
- II. seguro-garantia, ou;
- III. fiança bancária.

26.1 No caso de caução com títulos da dívida pública estes deverão estar acompanhados de laudo de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, no qual este informará sobre a exequibilidade, valor, prazo de resgate, taxa de atualização e condições de resgate.

26.2 A fiança bancária formalizar-se-á através de carta fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante vencedora, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 1.491, do Código Civil.

26.3 No caso de fiança bancária, esta deverá ser apresentada em original, emitida por instituição financeira idônea e devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e a cobertura deverá compreender até o término do Contrato.

26.4 A garantia prestada pelo Contratado será liberada ou restituída após a execução do Contrato e, quando em dinheiro, atualizado monetariamente.

26.5 Sem prejuízo das sanções previstas na Lei e neste Ato Convocatório, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injusta ao aceite do Contrato, implicando na imediata anulação do mesmo.

26.6 Garantia dos equipamentos:

26.6.1 Os equipamentos terão garantia mínima de 12 (doze) meses, nos termos do Anexo I – Termo de Referência.

## CAPÍTULO XXVII - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

27.1 O edital da licitação pela modalidade do pregão estabelecerá as seguintes penalidades aos licitantes, além daquelas previstas em leis especiais:



I – advertência por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CEASA/DF;

II – multa:

a) até 0,5% sobre o valor da sua proposta, ao licitante que se comportar de modo inidôneo ou agir de má-fé;

b) até 1% sobre o valor da sua proposta, ao licitante que não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; deixar de entregar a documentação de habilitação exigida para o certame; apresentar documento falso; ou fizer declaração falsa;

c) até 5% sobre o valor da sua proposta, nos casos do licitante vencedor que, chamado para assinar, aceitar ou retirar o contrato, a ata de registro de preços ou instrumentos equivalentes, no prazo de validade da sua proposta, não comparecer ou recusar-se injustificadamente, sem prejuízos de ser promovida contra o licitante faltoso a competente ação civil para ressarcir a CEASA/DF dos prejuízos causados;

d) até 10% sobre o valor da sua proposta, ao licitante que fraudar a licitação.

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 1º. As sanções previstas nos incisos I e III do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

§ 2º. A sanção de suspensão poderá também ser aplicada às empresas ou aos profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.

§ 3º. A aplicação de sanções não exime o licitante da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que sua conduta venha a causar à CEASA/DF.

**27.2** Constatado o cometimento de infração por parte do licitante, o fato deverá ser comunicado ao Presidente da sociedade, a quem competirá julgar pela instauração de processo administrativo sancionador ou pelo arquivamento da denúncia, fundamentadamente.

**27.3** Determinada a instauração de processo administrativo sancionador, o expediente será remetido à Diretoria Administrativa para autuação e gestão do processo.

§ 1º. O processo administrativo deverá obedecer ao estabelecido na Seção II do Capítulo I, deste regulamento, sendo inseridas no processo as cópias do processo licitatório original necessárias à apuração dos fatos.

§ 2º. A Diretoria Administrativa comunicará o licitante, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), acerca da instauração do processo, concedendo-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação, para apresentação de defesa.

§ 3º. A comunicação a que se refere o parágrafo anterior deverá descrever, de forma sucinta, o fato apurado e a penalidade aplicável.

**27.4** Transcorrido o prazo para apresentação de defesa, o processo será remetido à CPL ou ao Pregoeiro, conforme o caso, que atuou no processo licitatório, para emissão de parecer sobre o caso, que terá caráter opinativo.

**27.5** Cumpridas as determinações referidas nos artigos anteriores, competirá ao Presidente da sociedade o julgamento do caso, motivadamente.



CEASA-DF



§ 1º. Previamente ao julgamento, poderá o Presidente determinar a realização de diligências buscando esclarecimentos, bem como solicitar parecer jurídico ou auxílio a outras Unidades Organizacionais da CEASA/DF.

## CAPÍTULO XXVIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

**28.1** A entrega da documentação e proposta implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem a presente licitação.

**28.2** Este edital e seus anexos farão parte integrante do contrato que venha a ser firmado com a CEASA/DF, independentemente de transcrição.

**28.3** Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

**28.4** A contratada deverá facilitar a fiscalização dos trabalhos a ser exercida pela CEASA/DF e seus prepostos.

**28.5** Em caso de rescisão contratual, fica reconhecido o direito da Administração, conforme interesse público.

**28.6** O resultado do julgamento da presente licitação será divulgado na forma prevista em lei.

**28.7** Fica reservado à CEASA/DF o direito de vetar, a qualquer momento, a utilização de qualquer tipo de material, produto ou equipamento fora da especificação do presente edital ou das Normas da ABNT, **não isentando**, entretanto, a contratada, da responsabilidade pelos defeitos ou ineficiência de desempenho que os equipamentos ou materiais e produtos utilizados venham a apresentar. A não aceitação, pela CEASA/DF, de qualquer item do objeto não dará à contratada direito de prorrogação de prazo.

**28.8** Em caso de se obter isenções dos impostos que incidirão sobre os serviços, tais valores se reverterão em favor da CEASA/DF.

**28.9** Quanto ao ICMS, nas operações interestaduais, observar-se-ão alíquotas previstas na Resolução nº 22/89, do Senado Federal, tendo em vista o fato de a CEASA/DF ser contribuinte do ICMS, com cadastro fiscal no Distrito Federal, sob o nº CF/DF 07.324.783/001-53.

**28.10** Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como por violação dos mesmos, suas consequências e efeitos jurídicos, são de responsabilidade da contratada que deverá responder pelos mesmos e defender a CEASA/DF, em juízo ou fora dele, contra eventuais reclamações relacionadas com o assunto.

**28.11** Todos os prazos informados no presente edital, a menos que explicitamente indicados, entendem-se como estabelecidos em dias consecutivos.

**28.12** Caso nas datas previstas para realização dos eventos da presente licitação não haja expediente na CEASA/DF, não havendo retificação de convocação, aqueles eventos serão realizados no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora previstos, independentemente de comunicação às interessadas.

**28.13** O Pregoeiro poderá solicitar das licitantes, em todas as fases da licitação, quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, se entender que são necessários para o seu julgamento.

**28.14** Os casos omissos no presente edital serão resolvidos pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio.



**28.15** Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

**28.16** Após homologada a licitação, caberá a empresa vencedora tomar as providências necessárias para a viabilidade de assinatura do instrumento contratual e/ou Ata de Registro de Preços no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

### **CAPÍTULO XXIX – FORO**

O Foro da cidade de Brasília-DF será o competente para dirimir as questões oriundas desta licitação e do contrato, renunciando as partes, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Brasília - DF, XX de XX de 202X.

Pedro Seabra  
Pregoeiro  
Ato no 97, de 01/09/2020



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência - CEASA-DF/PRESI/DIRAF/SELIC

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

A.1. O presente termo tem por objetivo a aquisição de Equipamento de Proteção Individual (EPI'S) e uniformes para uso dos funcionários da CEASA-DF.

Grupos	Item	Descrição	Quantidade	Unidade de Medida
Grupo 01	1	Bota bico de aço nº38, confeccionada em couro, fechamento em cadarço, biqueira de aço, solado monodensidade injetado direto ao cabedal e blaueado.	30	Pares
	2	Bota bico de aço nº40, confeccionada em couro, fechamento em cadarço, biqueira de aço, solado monodensidade injetado direto ao cabedal e blaueado.	40	Pares
	3	Bota bico de aço nº42, confeccionada em couro, fechamento em cadarço, biqueira de aço, solado monodensidade injetado direto ao cabedal e blaueado.	40	Pares
	4	Bota bico de aço nº44, confeccionada em couro, fechamento em cadarço, biqueira de aço, solado monodensidade injetado direto ao cabedal e blaueado.	20	Pares
	5	Capa de Chuva em PVC laminado, material transparente, com capuz e manga, com comprimento mínimo de 1,35 m, tamanho G;	30	Unidades
	6	Colete refletivo sem bolso, confeccionado em poliéster laranja, com faixas refletivas duplas, fechamento frontal em zíper, tamanho G;	45	Unidades
	7	Protetor auricular 15 db em silicone, com cordão e três flanges e cônicas.	30	Pares
	8	Abafador de ruído 18 db, do tipo concha, constituído por dois abafadores em plástico, apresentando almofadas de vedação e espuma no seu interior	30	Unidades
	9	Capacete tipo aba frontal em polietileno, com jugular, suspensão simples, cor branco;	30	Unidades
	10	Óculos de proteção com lente de segurança em policarbonato ótico incolor, com apoio nasal e proteção lateral no mesmo material da lente, hastes tipo espátula;	30	Unidades



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S. A.  
Comissão Permanente de Licitação



11	Máscara tnt tripla descartável com clipe nasal, na cor branca, com camada/filtro de alta densidade, com tiras de amarrar, atóxico, (pacote com 50 unidades);	50	Caixa com 50 unidades
12	Máscara respiratória antiviral N95, descartável, sem válvula, na cor azul ou branca; (unidade)	200	Unidades
13	Luva para procedimento não cirúrgico, feita de borracha sintética (nitrilo); Ambidestra; não estéril; Isenta de pó; Totalmente impermeável à água e a outros fluidos; Livre de látex; Tamanho G; (Embalagem primária: caixa de cartolina com 100 unidades de luvas descartáveis).	30	Caixa com 100 unidades
14	Luva de segurança confeccionada em vaqueta natural, com reforço palmar interno e dorso em raspa, tipo petroleira, com elástico embutido no dorso, acabamento em viés, costurada com linha de nylon, largura da palma 12,5 cm e comprimento total de 24 cm, aproximadamente. (Tamanho G);	40	Pares
15	Cinta ergonômica confeccionada em fibra têxtil lycra; com elástico duplo para ajuste e sustentação da coluna, com suspensório confeccionado em elástico com regulagem; hastes flexíveis com proteção antideslizantes e costura reforçada, com velcro; Tamanho P;	15	Unidades
16	Cinta ergonômica confeccionada em fibra têxtil lycra; com elástico duplo para ajuste e sustentação da coluna, com suspensório confeccionado em elástico com regulagem; hastes flexíveis com proteção antideslizantes e costura reforçada, com velcro; Tamanho M;	20	Unidades
17	Cinta ergonômica confeccionada em fibra têxtil lycra; com elástico duplo para ajuste e sustentação da coluna, com suspensório confeccionado em elástico com regulagem; hastes flexíveis com proteção antideslizantes e costura reforçada, com velcro; Tamanho G;	20	Unidades
18	Cinta ergonômica confeccionada em fibra têxtil lycra; com elástico duplo para ajuste e sustentação da coluna, com suspensório confeccionado em elástico com regulagem; hastes flexíveis com proteção antideslizantes e costura reforçada, com velcro; Tamanho GG;	15	Unidades
19	Japona confeccionada em tecido 100% poliamida com resina, forrada com manta térmica e acolchoada. Bolsos embutidos nas laterais, capuz conjugado, fechamento frontal até o pescoço através de velcro alinhado por botão; cor azul escuro; Tamanho G;	15	Unidades
20	Calça em sarja, composta por tecido triline mista 67% poliéster, 33% algodão. Cintura elástica, com os seguintes bolsos: 2 bolsos frontais; 2 bolsos traseiros; Tamanho P = 38/40 - Cor Cinza	20	Unidades
21	Calça em sarja, composta por tecido triline mista 67% poliéster, 33% algodão. Cintura elástica, com os seguintes bolsos: 2 bolsos frontais; 2 bolsos traseiros; Tamanho M = 42/44 - Cor Cinza	40	Unidades



	22	Calça em sarja, composta por tecido tricoline mista 67% poliéster, 33% algodão. Cintura elástica, com os seguintes bolsos: 2 bolsos frontais; 2 bolsos traseiros; Tamanho G = 46/48 - Cor Cinza	40	Unidades
	23	Calça em sarja, composta por tecido tricoline mista 67% poliéster, 33% algodão. Cintura elástica, com os seguintes bolsos: 2 bolsos frontais; 2 bolsos traseiros; Tamanho GG = 50/52 - Cor Cinza	20	Unidades
Grupo 02	24	Camisa social masculina, manga longa, com fechamento em botões, em tecido jeans, composto por aproximadamente 65% algodão, 33% poliéster e 2% elastano; na cor azul marinho; com logo da CEASA/DF bordado na parte frontal da camisa, com aproximadamente 4 cm x 4cm	70	Unidade
	25	Camisa social masculina, manga curta, com fechamento em botões, em tecido classic, composto por aproximadamente 50% algodão e 50% poliéster; na cor verde escuro; com logo da CEASA/DF bordado na parte frontal da camisa, com aproximadamente 4 cm x 4cm.	70	Unidade
	26	Camisa polo masculina, manga curta, em tecido pique, composto por aproximadamente 50% algodão e 50% poliéster, na cor verde escuro; com logo da CEASA/DF bordado na parte frontal da camisa, com aproximadamente 4 cm x 4cm.	70	Unidade
	27	Camisa polo masculina, manga curta, em tecido pique, composto por aproximadamente 50% algodão e 50% poliéster, na cor branco; com logo da CEASA/DF e a palavra "Estagiário" bordados na parte frontal da camisa, com aproximadamente 4 cm x 4cm.	25	Unidade
	28	Camiseta em malha de algodão, fio 30,1 cardada no mínimo, silkadas com o nome e logo desta CEASA/DF, conforma modelo a ser enviado posteriormente; na cor branca;	210	Unidade
	29	Camiseta em malha de algodão, fio 30,1 cardada no mínimo, silkadas com o nome e logo desta CEASA/DF, conforma modelo a ser enviado posteriormente; na cor laranja;	200	Unidade
	30	Camisa social feminina, manga longa, com fechamento em botões, em tecido jeans, composto por aproximadamente 65% algodão, 33% poliéster e 2% elastano; na cor azul marinho; com logo da CEASA/DF bordado na parte frontal da camisa, com aproximadamente 4 cm x 4cm.	48	Unidade
	31	Camisa social feminina, manga curta, com recorte no ombro, em tecido crep seda, composto por aproximadamente 100% poliéster ; na cor verde escuro;	48	Unidade
	32	Camisa polo feminina estilo baby look, manga curta, em tecido pique, composto por aproximadamente 50% algodão e 50% poliéster, na cor verde escuro; com logo da CEASA/DF bordado na parte frontal da camisa, com aproximadamente 4 cm x 4cm.	48	Unidade



33	Camisa polo feminina estilo baby look, manga curta, em tecido pique, composto por aproximadamente 50% algodão e 50% poliéster, na cor branco; com logo da CEASA/DF e a palavra "Estagiário" bordados na parte frontal da camisa, com aproximadamente 4 cm x 4cm.	25	Unidade
34	Camiseta feminina estilo baby look, em malha de algodão, fio 30,1 cardada no mínimo, silkadas com o nome e logo desta CEASA/DF, conforma modelo a ser enviado posteriormente; na cor branca;	110	Unidade
35	Camiseta feminina estilo baby look em malha de algodão, fio 30,1 cardada no mínimo, silkadas com o nome e logo desta CEASA/DF, conforma modelo a ser enviado posteriormente; na cor laranja;	100	Unidade
36	Colete em brim na cor laranja, 100% algodão, com fechamento em zíper, e logo da CEASA/DF bordado no bolso (peito), com estampa em silk screen grande, nas costas, "CEASA/DF" ou "BANCO DE ALIMENTOS".	60	Unidade
37	Jaleco unissex longo em microfibra de gabardine, na cor branco, com o logo da CEASA/DF bordado na manga esquerda, e a escrita " BANCO DE ALIMENTOS" na parte frontal;	20	Unidade
38	Avental longo na cor preta, em tecido oxford, composto por 100% poliéster, com bolso frontal (sem logo);	30	Unidade

A.2. As especificações e os quantitativos estão elencados no Encarte A deste Termo de Referência .

## 2. Justificativa

**B.1.** A lei nº 6514 estabelece no Art . 166 - A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados.

**B.2.** A utilização de EPIs — Equipamentos de Proteção Individual – tem por objetivo a proteção do trabalhador contra choques elétricos, queimaduras, perfurações, quedas, entre outros.

**B.3.** A Norma NR 10-10.2.9.1 estabelece que nos trabalhos em instalações elétricas, quando as medidas de proteção coletiva forem tecnicamente inviáveis ou insuficientes para controlar os riscos, devem ser adotados equipamentos de proteção individual específicos e adequados às atividades desenvolvidas, em atendimento ao disposto na NR6.

**B.4** NR 6. 10.2.9.2 As vestimentas de trabalho devem ser adequadas às atividades, devendo contemplar a condubilidade, inflamabilidade e influências eletromagnéticas.

**B.5.** Os uniformes profissionais são importantes pois são o cartão de visita da empresa, responsável pela identificação de uma marca.

**B.6** Além de facilitar a identificação do funcionário, os uniformes também são importantes para a segurança do trabalho, já que, em algumas seções desta CEASA/DF, uma vestimenta adaptada evita riscos de acidentes.

**B.7.** Uma das principais vantagens da utilização de uniformes profissionais é a criação de um ambiente profissional, mais formal e sem tantas variações de estilos.



### 3. Participação na Licitação

**C.1.** Não será admitida a participação de Empresas que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição (controladas, coligadas ou subsidiárias entre si), tendo em vista ser o objeto deste Termo de Referência de simples execução, cujo mercado, nesse ramo de atividade, é amplo e o fornecimento é passível de ser executado individualmente, inclusive por micro ou pequenas empresas, não caracterizando tal vedação eventual restrição à competitividade.

**C.2.** Serão aplicados para todos os fins as disposições contidas na Lei Complementar 123/06, em especial as benesses concedidas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

### 4. Aquisição sob demanda

**D.1.** A Contratada deverá fornecer a quantidade solicitada pela CEASA/DF sob demanda em lotes diferentes;

**D.2.** Os materiais deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento;

**D.3.** A CEASA-DF receberá os objetos acima especificados, provisoriamente, pelo Seção de Patrimônio e Almoxarifado – SEPA no ato da entrega da nota fiscal e, definitivamente, em até 10 (dez) dias após o recebimento provisório. O recebimento definitivo será realizado pela Seção de Apoio a Saúde do Trabalhador.

**D.4.** Qualquer produto será recusado inteiramente nas seguintes condições:

**D.4.1.** Caso seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes na descrição do material;

**D.4.2.** Caso seja detectado que qualquer material adquirido não seja novo;

**D.4.3.** Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes;

**D.5.** Nos casos de recusa do produto, a empresa contratada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para providenciar a sua substituição, contados a partir da comunicação oficial feita pela CEASA/DF;

**D.6.** O transporte e a descarga dos produtos nos locais designados correrão por conta exclusiva da empresa fornecedora, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente;

**D.7.** Os materiais deverão ser entregues na Seção de Patrimônio e Almoxarifado – SEPA das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA-DF, situada no Setor de Indústria e Abastecimento Sul, Trecho 10, Lote nº. 05, Sobre Loja, CEP nº. 71208-900, Brasília/DF, de segunda a sexta-feira, das 08:00 as 11:30hs ou de 13:00as 16:30hs, com exceções de feriados e pontos facultativos;

**D.8.** A eventual entrega fora do horário normal de expediente da CONTRATADA, mesmo que solicitado pela CONTRATANTE, não implicará adicional de preço.

### 5. PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

**E.1.** A CONTRATADA deverá fornecer sob demanda o objeto contratado em até 10 (dez) dias corridos a contar do envio, por qualquer meio, da Nota de Empenho devidamente emitida à CONTRATADA.

**E.2.** O objeto deverá ser entregue devidamente acondicionado, embalado e acompanhado da Nota Fiscal



e Termo de Garantia, onde conste número da nota fiscal, número de série, se houver, descrição básica e o período da garantia, sob pena de aplicação de multas;

**E.3.** No caso de a CONTRATADA incorrer em atraso no fornecimento do objeto, e ainda, na correção de defeitos e eliminação de divergências verificadas nas características do objeto fornecido, ficará sujeito às penalidades previstas neste Termo de Referência.

**E.4.** Na contagem dos prazos estabelecidos em dias neste Termo de Referência, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na CEASA/DF.

**E.5.** O objeto será recebido pela Seção de Patrimônio e Almoxarifado – SEPA da CEASA/DF, de forma provisória, e definitivamente pelo fiscal designado, que terá a responsabilidade de fiscalizar e acompanhar a entrega, realizar os testes que se fizerem necessários, emitir o Termo de Aceitação ou de Rejeição e efetuar os respectivos atestados nas Notas Fiscais/Faturas.

**E.6.** A contar da data de entrega do objeto no local indicado neste Termo de Referência, a fiscalização, nos termos dos subitens E.5 e E.1., terá o prazo de até 5 (cinco) dias corridos para efetuar os testes que se fizerem necessários e daí mais 5 (cinco) dias corridos para emissão do Termo de Aceitação ou de Rejeição, conforme o caso, efetuando os respectivos atestados nas Notas Fiscais/Faturas, e encaminhar os respectivos documentos à área de Pagamento;

**E.6.1.** O Termo de Rejeição mencionado no subitem E.6 deste Termo de Referência será emitido e encaminhado para a CONTRATADA quando constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições previstas neste instrumento em relação à entrega e, contera a análise do problema, os itens que deverão ser substituídos, devendo a CONTRATADA efetuar todas as correções e complementações indicadas pelo empregado, no prazo estabelecido no Termo de Rejeição, que não poderá ser superior ao prazo estabelecido no subitem E.1 deste instrumento;

**E.7.** O recebimento definitivo não exige a CONTRATADA de responder pelos vícios aparentes e ocultos, bem como as condições de funcionamento, segundo as disposições deste instrumento e as normas de proteção ao consumidor.

**E.8.** Se a Contratada incorrer em atraso na correção de defeitos e eliminação de divergências verificadas nas características dos itens fornecidos ficará sujeito às penalidades estabelecidas no Tópico S deste Termo de Referência;

**E.9.** Atrasos ocasionados por causa de atos praticados pela CEASA/DF ou que não possam ser considerados como de responsabilidade da CONTRATADA, bem como aqueles oriundos de casos fortuito ou de força maior, não serão considerados para efeito de contagem do prazo máximo para entrega;

**E.9.1.** Caso ocorra o disposto no item E.9, caberá a CEASA/DF, mediante solicitação devidamente justificada do Fiscal, registrar nos autos as alterações de prazo;

## 6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

**F.1. Lei Federal nº. 13.303/2016:** Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

**F.2. Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores:** Instui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências;

**F.3.** Observará também os regramentos estabelecidos na Lei nº. 13.303, de 30 de junho de 2016 e o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Ceasa/DF.



## 7. VIGÊNCIA DE CONTRATO

**G.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço é de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura.

## 8. PROPOSTA ECONÔMICA

**H.1** A proposta comercial deverá ser redigida em língua portuguesa, sem ressalvas, emendas, rasuras, acréscimos e entrelinhas. Admire-se, contudo, a nomenclatura técnica específica que não possua tradução compatível no vernáculo.

**H.2** A proposta deverá conter:

**H.2.1.** Dados da empresa tais como: razão social, número do CNPJ, inscrição estadual / distrital / municipal, endereço completo, número de telefone e fac-símile, site da internet e endereço eletrônico (se aplicáveis), banco, agência e número da conta corrente para onde deverá ser emitida a ordem bancária, data e assinatura do responsável legal;

**H.2.2.** Descrição detalhada do produto ofertado: Marca, modelo, referência, este último se houver, país de origem do bem ou material, descrição detalhada das características técnicas dos objetos cotados e acessórios, se houver, conforme especificações e quantidades constantes no Encarte A. Os itens ofertados deverão ser novos e de primeiro uso;

**H.2.3.** Preço unitário por item, total por item, e o preço total global dos itens ofertados, fixos e irredutíveis, expressos em reais, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do fornecimento, com a entrega dos produtos no devido local de entrega, conforme Item E;

**H.2.4.** Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos contados da data de sua apresentação;

**H.2.5.** Prazo de entrega não poderá ser superior a 10 (dez) dias corridos conforme estabelecido no Item E, a contar do recebimento da Nota de Empenho pela CONTRATADA.

**H.2.6.** Considerando tratar-se de produto de entrega sob demanda por lotes diferentes, a garantia limitar-se-á ao prazo para recebimento definitivo dos produtos.

**H.2.7.** Documentação técnica do fabricante que comprove o atendimento das especificações dos produtos cotados, quando exigido na descrição detalhada constante no Encarte A. Considera-se documentação oficial do fabricante:

**H.2.7.1.** Catálogo, folder, certificado ou manual elaborado pelo fabricante; ou

**H.2.7.2.** Documento extraído de consulta realizada pela Internet na página oficial do fabricante, devendo, nesse caso, ser indicado o endereço eletrônico do fabricante com menção à página de que consta a informação apresentada;

**H.2.8.** Declaração expressa de estarem incluídos todos os custos incidentes, tais como: salário, ônus tributários, fiscais, para fiscais, trabalhistas e sociais, seguro, transporte, embalagem, garantia e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência, com a entrega dos produtos ofertados nas instalações da CEASA/DF, conforme Tópico E.

**H.2.9.** Declaração de que concorda, expressa e integralmente, com os termos e condições de contratação do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA/DF e da Lei nº 13.303/2016, disponível no seguinte endereço eletrônico: [www.ceasa.df.gov.br](http://www.ceasa.df.gov.br), na aba Sobre a Ceasa, em seguida Base Jurídica;

## 9. QUALIFICAÇÃO

**I.1.** O participante deverá apresentar documentos de habilitação jurídica aptos a comprovar a



possibilidade da aquisição de direitos e da contratação de obrigações;

**I.1.1.** Os documentos a que se refere o item I.1. compreendem a documentação jurídica do CONTRATADO e documento de identificação dos representantes legais.

**I.2.** Além disso, apresentará certidão de regularidade fiscal e trabalhista junto ao Governo do Distrito Federal e da União, inclusive em relação às contribuições previdenciárias e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

**I.2.1.** Certidões Negativas:

- De Condenação Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; e
- do Cadastro Nacional de Empresas Inidônea e Suspensas (CEIS);

**I.3.** A CEASA/DF se reserva no direito de, em qualquer fase do procedimento de contratação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar se os signatários das propostas detêm a representação das empresas licitantes ou mandato para em seu nome constituir obrigações, bem como verificar a exequibilidade dos preços propostos.

## **10. GARANTIA E VALIDADE DO OBJETO**

**J.1.** O objeto de aquisição do presente Termo de Referência terá garantia contra defeitos de fabricação, defeitos técnicos ou impropriedades até o recebimento definitivo.

**J.2.** Durante o período de garantia, a solução do problema detectado deverá ocorrer em até 48 (quarenta e oito) horas corridas, a contar da data de comunicação efetuada pela CEASA/DF por qualquer meio.

**J.2.1.** A CONTRATADA deverá disponibilizar número de telefones, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pela CEASA/DF, durante o período de garantia.

**J.3.** Durante o período de garantia, as despesas com a desmontagem, a montagem, a substituição de peças, ou de componentes como um todo e o transporte para o atendimento das condições previstas neste item, correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo à CEASA/DF quaisquer ônus.

## **11. GARANTIA CONTRATUAL:**

**K.1.** Garantia de 5% do valor do contrato.

## **12. FORMA DE ADJUDICAÇÃO:**

**L.1.** Menor preço total global;

## **13. VISTORIA:**

**M.1** Não se aplica;

## **14. SUBCONTRATAÇÃO:**

**N.1.** É vedada a subcontratação do objeto deste Termo de Referência;

## **15. OBRIGAÇÕES DA CEASA/DF:**

**O.1.** Além de outras obrigações previstas neste Termo de Referência, a CEASA/DF compromete-se a:

**O.1.1** Assegurar o livre acesso de pessoas credenciadas pela CONTRATADA ao local de entrega dos



materiais.

**O.1.2.** Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto especificado no Termo de Referência, se entregue em desacordo com o solicitado e estabelecido neste instrumento;

**O.1.3.** Designar empregados para Fiscalização a que se refere o Tópico E deste Termo de Referência, que terão a responsabilidade de supervisionar o fornecimento, verificando se todas as obrigações foram cumpridas e a contento, formalizando os eventuais pedidos de penalidades a serem aplicadas à CONTRATADA, no caso de descumprimento, e efetuando o atesto da Nota Fiscal/Fatura para pagamento, bem como acompanhar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, durante o período de vigência da garantia;

**O.1.4.** Encaminhar, se for o caso, por meio da Fiscalização, à CONTRATADA cópia do Termo de Rejeição para que o mesmo tome conhecimento, programe e implemente as providências necessárias, dentro dos prazos estabelecidos no próprio Termo de Rejeição;

**O.1.5.** Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas estabelecidas neste Termo de Referência.

**O.1.6.** Efetuar os pagamentos referentes ao fornecimento prestado, dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência.

## **16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**P.1.** Além de outras obrigações previstas neste Termo de Referência, a CONTRATADA compromete-se a:

**P.1.1.** Irá a Ceasa com os devidos uniformes citados no encarte A.2 para que os funcionários verifiquem os devidos tamanhos para entrega definitiva.

**P.1.2.** Manter, durante todo o período do fornecimento e da vigência da garantia, as mesmas condições exigidas para a contratação;

**P.1.3.** Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para cumprimento do objeto deste Termo de Referência;

**P.1.4.** Entregar o objeto em perfeitas condições de funcionamento e uso, cabendo à CEASA/DF, por meio da Fiscalização, verificar se essas condições estão de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência;

**P.1.5.** Executar diretamente o fornecimento, inclusive a garantia, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;

**P.1.6.** Cumprir rigorosamente o prazo de entrega e de vigência da garantia previsto neste Termo de Referência;

**P.1.7.** Assumir a responsabilidade por quaisquer danos causados diretamente à CEASA/DF ou a terceiros, independentemente da comprovação de culpa ou dolo quando do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pela CEASA/DF;

**P.1.8.** Responsabilizar-se pela defesa contra todas as reclamações judiciais ou extrajudiciais e arcar com os ônus decorrentes dos prejuízos que possam ocorrer em consequência do fornecimento, objeto deste Termo de Referência, por sua culpa ou de seus profissionais, e que venham a ser arguidos por terceiros contra a CEASA/DF;

**P.1.9.** Responsabilizar-se, com exclusividade, pelo pagamento de despesa porventura oriunda de decisão judicial, eximindo-se a CEASA/DF de qualquer relação empregacia com os envolvidos no fornecimento, objeto deste Termo de Referência;

**P.1.10.** Reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte o objeto em que se verifiquem danos em decorrência do transporte ou defeito de qualquer natureza, bem como providenciar a substituição do mesmo, dentro dos prazos previstos neste Termo de Referência, contados da data de notificação que



lhe for entregue oficialmente, por e-mail, carta ou qualquer outro meio de comunicação;

**P.1.11.** Sujeitar-se-á à ampla e irrestrita fiscalização por parte da CEASA/DF, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados e se obrigando a atender prontamente às reclamações formuladas;

**P.1.12.** Atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto deste Termo de Referência, sem ônus para a CEASA/DF;

**P.1.13.** Dispor de meios necessários ao transporte, para a devida entrega do objeto no local de destino;

**P.1.14.** Fornecer o objeto atendendo integralmente às suas características, responsabilizando-se por todas as conexões necessárias ao perfeito funcionamento do mesmo;

**P.1.15.** Disponibilizar número de telefones, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pela CEASA/DF, durante o período de garantia;

**P.1.16.** Garantir a qualidade do objeto;

**P.1.17.** Fornecer objeto novo e de primeiro uso, fabricado em série, não produzido com características exclusivas, diferenciado ou adaptações feitas para adequação a este Termo de Referência, garantindo assim a reposição de peças compatíveis;

**P.1.19.** Substituir materiais, peças e componentes, por produtos novos e originais, de primeiro uso, e que não sejam oriundos de recondicionamento, remanufatura, reciclagem, decorrente de fabricação por qualquer processo semelhante e que não sejam recomendados pelo fabricante;

## 17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**Q.1.** A CONTRATADA comete infração administrativa quando:

**Q.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

Dias de Atraso	Índice de Multa
1	0,5%
2	1,0%
3	1,5%
4	2,0%
5	2,5%
6	3,0%
7	3,5%
8	4,0%
9	4,5%
10	5,0%

**Q.2.3.** Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da aquisição, no caso de inexecução total do objeto;

**Q.2.4.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória será no percentual de 10% (dez por cento), sendo aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**Q.2.5.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratação com a CEASA/DF, pelo período de até 02 (dois) anos;

**Q.3.** As penalidades descritas neste item podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, a critério da CEASA/DF, após análise das circunstâncias que ensejarem sua aplicação e serão, obrigatoriamente,



registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

**Q.4.** As importâncias decorrentes das multas não recolhidas nos prazos determinados nas notificações poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

**Q.5.** A imposição das penalidades previstas neste item não exige a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para repassar ou ressarcir eventuais danos causados à CEASA/DF.

**Q.6.** Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo, sendo facultada a apresentação de defesa prévia pela CONTRATADA, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for comunicado pela CEASA/DF.

**Q.7.** Nenhum pagamento será realizado até a conclusão do processo administrativo que visa a aplicação de penalidade à CONTRATADA;

## **18. INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO**

**R.1.** De acordo com Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEASA/DF, art. 87, inciso II, a relação a ser estabelecida entre a CEASA/DF e a CONTRATADA será formalizada pela emissão de Nota de Empenho e consequente Ordem de Serviço.

**R.2.** O contrato não poderá ser prorrogado, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a entrega do material dentro dos prazos estipulados neste Termo de Referência;

## **19. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**S.1.** Os preços ofertados serão fixos e irrevogáveis;

## **20. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

**T.1.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de emissão dos Termos de Aceitação – recebimento definitivo –, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, que será atestada pela fiscalização;

**T.2.** Para execução do pagamento, a CONTRATADA deverá fazer constar da Nota Fiscal/Fatura, emitida eletronicamente, em nome da Centrais de Abastecimento do Distrito Federal, CNPJ nº. 00.314.310/0001-80, descrição do objeto, incluindo marca, modelo e número de série, este último se houver, o significado de todas as siglas eventualmente utilizadas, o número do contrato ou Nota de Empenho a que se refere, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva agência, bem como demais informações necessárias para o efetivo pagamento;

**T.3.** Havendo erro no documento de cobrança ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento fiscal será devolvido à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que tenham sido adotadas as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a regularização da situação ou reapresentação da Nota Fiscal/Fatura, não acarretando qualquer ônus a CEASA/DF;

**T.4.** Caso a CONTRATADA seja optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor, se aplicável.

**T.5.** Nos preços deverão estar incluídos todos os ônus tributários, fiscais, para fiscais, trabalhistas e



sociais e demais despesas de qualquer natureza que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto contratado;

**T.6.** O pagamento somente será efetuado se cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, e também com a efetiva entrega dos objeto.

**T.7.** O número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ indicado nos faturamentos da contratada deverá ser o mesmo indicado em sua qualificação no preâmbulo da proposta apresentada;

**T.8.** É vedada a emissão e/ou circulação de efeitos de créditos para representação do preço, bem assim a cessão total ou parcial dos direitos creditórios dele decorrentes.

## **21.FISCALIZAÇÃO**

**U.** A fiscalização será exercida por empregado da CEASA/DF designado pelo ordenador de despesas e observará as disposições específicas do objeto e as legislações aplicadas ao caso.

## **22.CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**V1.** É vedada a contratação de empregado pertencente ao quadro de pessoal da CEASA/DF;

**V2.** É vedada a veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia e expressa autorização da CEASA/DF.

**V3.** Fica vedada a utilização, durante o fornecimento, de empregado da CONTRATADA que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança da CEASA/DF, nos termos do artigo 7º do Decreto nº. 7.203/2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal;

**V3.1.** É considerado familiar, nos termos do artigo 2º, III, do Decreto nº 7.203/2010, o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

**V4.** As dúvidas pertinentes a este Termo de Referência poderão ser sanadas com a Sra Ana Cláudia Carvalho de Aquino, por intermédio do telefone(0xx61)99672-8168.



## **ANEXO II**

- Modelo 01- Dados para elaboração do contrato ou emissão de nota de empenho
- Modelo 02- Declaração de inexistência de fatos impeditivos
- Modelo 03- Proposta de Preços



**ANEXO II**

**Modelo 01 – Dados para elaboração do contrato ou emissão de nota de Empenho**

(local e data)

À Centrais de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA  
Brasília - DF

REF.: Pregão - \_\_\_\_/20XX-CEASA.

**ASSUNTO:** Dados para elaboração do contrato ou emissão de nota de empenho

Prezados Senhores,

**Da empresa sede ou matriz**

Empresa: \_\_\_\_\_

Endereço completo: (rua, número, bairro, cidade, estado, CEP) \_\_\_\_\_

CNPJ nº: \_\_\_\_\_ Inscrição Estadual nº: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

Contato: \_\_\_\_\_ (cargo \_\_\_\_\_)

**Da filial ou representante no Distrito Federal**

Empresa:

Endereço completo: (rua, número, bairro, cidade, estado, CEP)

CNPJ nº: \_\_\_\_\_ Inscrição Estadual nº: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

Contato: sr. \_\_\_\_\_ (cargo \_\_\_\_\_)

(Caso não tenha filial ou representante no DF, declarar textualmente)

**Do responsável pela assinatura do contrato ou pela aceitação da nota de empenho:**

Nome: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_ Estado civil: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

Residência e domicílio: \_\_\_\_\_

Carteira de identidade (número e órgão expedidor): \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

Cargo na empresa: \_\_\_\_\_

**Carimbo, Nome e Assinatura do Responsável Legal**

Cargo - Nome da empresa licitante



## **ANEXO II**

### **Modelo 02 – Declaração de inexistência de Fato Impeditivo**

(local e data)

À Centrais de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA  
Brasília - DF

Ref.: Pregão-\_\_\_\_/20XX-CEASA.

**ASSUNTO:** Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo

Em atendimento à determinação contida nas normas inseridas no Parágrafo 2º, do Artigo 32, da Lei nº 8.666/93, declaramos, sob as penalidades cabíveis, que inexistente qualquer fato impeditivo para a habilitação desta empresa nesta licitação.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

**carimbo, nome e assinatura do responsável legal**  
cargo - Nome da empresa licitante





estaduais e federais, encargos e custos financeiros, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto, conforme especificações constantes deste Edital, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à CEASA/DF.

**1.2** Declaramos que acataremos a retenção antecipada do ISS em nossas faturas nas alíquotas definidas no Decreto nº 14.122, de 19 de agosto de 1992, que regulamenta a Lei nº 294, de 21/07/92, Decreto nº 25.508, de 19 de janeiro de 2005 (Regulamento do ISS) e alterações posteriores do Distrito Federal. (se for o caso).

**1.3** Declaramos estar cientes de que, o pagamento será feito pela CEASA/DF, exclusivamente, mediante crédito em nossa conta corrente, no Banco de Brasília S.A - BRB, observado o item 19.2 do Capítulo XIX do edital.

**1.4** Declaramos ainda, nos sujeitar, inteira e plenamente, às condições do edital e seus Anexos.

## **2. Condições gerais da proposta**

**2.1** A Proposta de Preços tem validade de **60 (sessenta) dias** contados da sua emissão.

**carimbo, nome e assinatura do responsável legal**  
cargo - Nome da empresa licitante



**ANEXO III**  
**Minuta de Contrato/Ata de**  
**Registro de Preços**

MINUTA - ATA DE REGISTRO  
DE PREÇOS  
Nº \*\*\*\*\* decorrente do  
Pregão Eletrônico nº  
\*\*\*\*/2021 que entre si  
celebram as **CEASA/DF** e a.

**Processo nº 00071-00000690/2020-70**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES**

Pelo presente instrumento, as **CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S/A – CEASA/DF**, doravante denominada **CEASA/DF**, com sede no SIA Sul - Quadra 10/05, CNPJ/MF Nº 00.314.310/0001-80, representada neste ato pelo seu Presidente, Sr. **SEBASTIÃO MARCIO LOPES DE ANDRADE**, brasileiro, casado, Médico Veterinário, RG nº. M-1.046.657 - SSP-MG, CPF nº. 332.915.946-49, e de outro lado, doravante denominada \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, e Inscrição Estadual: \_\_\_\_\_, com sede comercial na \_\_\_\_\_, telefone/fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, representada neste ato por \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, o qual se regerá mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO**

2.1 - O presente instrumento de Ata de Registro de Preços obedece aos termos do Título II – artigos 28 a 90 – da [Lei Federal nº 13.303/2016](#) (normas gerais sobre licitação e contratos no âmbito das empresas estatais), do [Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEASA/DF](#); lei nº 10.520/2002 (institui a modalidade de licitação denominada pregão); Decreto Federal nº 3.555/00 (regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão); Decreto Federal n. 7.892/2013 (regulamenta o sistema de registro de preços); Decreto nº 5.450/2005



(regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão na forma eletrônica), Decreto Distrital n. 34.509/2013 (regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão no âmbito do Distrito Federal) e demais normas legais aplicáveis, e de tudo o que consta no processo administrativo nº **00071-00000690/2020-70**, independente de transcrição.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO**

3.1 – A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a aquisição via Ata de Registro de Preço de Equipamento de Proteção Individual (EPI'S) e uniformes para uso dos funcionários da CEASA-DF, conforme quantidades, descrição e prazos contidos no termo de referência (58678255), no Edital (\*\*\*\*), da Proposta grupo 1), Lei 13.303/2016 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislação e suas alterações, que passam a integrar o presente Termo.

3.2 – A existência de preços registrados não obriga a CEASA/DF a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito de indenização de qualquer espécie.

3.3 – Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições do Pregão de Registro de Preços nº 00001/2019, do Termo de Referência e da proposta da contratada, prevalecendo os primeiros.

### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS REGISTRADOS**

4.1 - A estimativa de quantidades a serem adquiridas durante o prazo de validade da ata de registro de preços consta no termo de referência e no quadro abaixo:

Grupo	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unit. (R\$)	Valor total (R\$)
1						



2						
---	--	--	--	--	--	--

### **CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR**

5.1 - O valor total estimado do grupo único- grupo 1, durante a vigência desta Ata, é de **R\$ \*\*\*\*\* (\*\*\*\*\*)**, devendo tal importância ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente, enquanto eventuais parcelas remanescentes serão custeadas à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) respectivo(s);

5.2- A despesa estimada total do contrato de **R\$ \*\*\*\*\*(\*\*\*\*\*)**, de acordo com a necessidade da demanda, ocorrerá à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

Unidade Orçamentária: **14.202**

Fonte de Recurso: **51** – Recursos Próprios

Programa de Trabalho: **20.122.8201.8517.6978**

Projeto / Atividade / Denominação: **Manutenção de Serviços Administrativos.**

Grupo de Despesa: **33**

Esfera: **4**

5.3 – Nos preços estimados estão inclusas todas as despesas concernentes à prestação de serviço, tais como mão-de-obra, materiais, equipamentos necessários à realização dos serviços, fornecimento de certidões e documentos, impostos, encargos sociais, taxas, etc.;

5.4 – Os preços registrados são fixos e irrevogáveis por **12 (doze) meses**, contado a partir da apresentação da proposta na licitação, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº \*\*\*/2021.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DA ATA**

6.1 - Durante a execução da ata deverá ser observado o disposto no Edital de Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº \*\*\*/\*\*\*\*, e seus anexos, e do Termo de Referência.



## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, observadas as demais disposições de Edital de Pregão Eletrônico, Termo de Referência, da Proposta, Lei nº 13.303/2016, Decreto Distrital n. 34.509/2013, Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas e alterações.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS**

8.1 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no inciso VI do artigo 81 da Lei nº 13.303/2016 e inciso VI do art. 104 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEASA/DF – RILC/CEASA ou de redução dos preços praticados no mercado.

8.2 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no item 8.1, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

8.3 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o detentor da Ata será convocado pela CEASA/DF para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

## **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO**

9.1 - O detentor da Ata terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa quando:

I – A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior; e
- b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado.

II- Por iniciativa da CEASA/DF:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- b) Quando o detentor da ata não mantiver as condições de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;



- c) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- d) Quando o detentor da ata não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- e) Quando o detentor da ata se recusar a fornecer os materiais nos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos;
- f) Na ocorrência de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.
- g) Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, as CEASA/DF farão o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos Preponentes a nova ordem de registro.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DO REGISTRO DE PREÇOS**

10.1- A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

- a) Por decurso de prazo de vigência, estipulado Cláusula Sétima desta Ata; e
- b) Quando não restarem fornecedores registrados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO**

11.1- Os pagamentos serão efetuados pelas CEASA/DF em até 30 dias, contados da data de protocolização da documentação fiscal, desde que de acordo com o aprovado por ela e em conformidade com o disposto no Capítulo XXV do Pregão Eletrônico nº \*\*\*/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1- O detentor da Ata de Registro de Preços estará sujeito à aplicação das sanções administrativas previstas no Capítulo XXVII do Pregão Eletrônico nº \*\*\*/2021, no caso de descumprimento parcial ou total das condições estipuladas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO**

13.1- A contratação e os demais atos inerentes a presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pelo Senhor Ordenador de Despesas e no caso dos órgãos usuários pela respectiva autoridade responsável de cada órgão.



#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1- Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS GARANTIAS DOS PRODUTOS**

15.1– Os materiais e serviços representados pela presente Ata terão garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses, contada da data do recebimento definitivo pelas CEASA/DF..

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1– Aos casos omissos aplicar-se-ão os termos da Lei federal 13.303/2016, Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/00, Decreto nº 5.450/2005, Decreto nº 7.892/2013, Decreto Distrital nº 34.509/2013 e demais normas legais aplicáveis, e de tudo o que consta no processo administrativo nº **00071-00000690/2020-70**, independente de transcrição.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA OUVIDORIA DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

17.1– Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria, no telefone Central 162 ou pelo atendimento presencial: SIA trecho n. 10, lote 05, Pavilhão n. B3, 1º andar, CEP 71.208-900, Distrito Federal.

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

Pela CEASA/DF	Pela Contratada
<hr/>	<hr/>
<b>SEBASTIÃO MARCIO LOPES DE ANDRADE</b> Presidente da CEASA/DF	Representante Legal



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S. A.  
Comissão Permanente de Licitação



Testemunhas	
_____	_____